



2023 -2026

PLANO DE GOVERNO



**DECOLA
TOCANTINS!**

**CORONEL
RICARDO MACEDO**

PLANO DE GOVERNO

2023 - 2026

CORONEL RICARDO MACEDO

1. APRESENTAÇÃO	2
2. DIRETRIZES E EIXOS PRINCIPAIS DO PLANO	4
3. PANORAMA ATUAL	5
4. PROPOSTAS	9
4.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA / GESTÃO	9
4.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	12
4.3 SAÚDE	15
4.4 EDUCAÇÃO E CULTURA	18
4.5 ESPORTE E LAZER	22
4.6 INFRAESTRUTURA	23
4.7 BEM-ESTAR SOCIAL	24
4.8 SEGURANÇA PÚBLICA	26
4.9 TURISMO	28
4.10 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	30
4.11 MEIO AMBIENTE	31
4.12 HABITAÇÃO	33
4.13 DESENVOLVIMENTO REGIONAL	34

PLANO DE GOVERNO

2023 - 2026

CORONEL RICARDO MACEDO

“Quando os justos governam, o povo se alegra; quando os perversos estão no poder, o povo geme.” Provérbios 29:2

CHEGOU A HORA DE INSERIR O TOCANTINS NO NOVO BRASIL

1. APRESENTAÇÃO

Este plano de governo tem por objetivo não apenas cumprir o que rege a legislação eleitoral para efeito de registro de candidatura, mas também ser de fato um dos instrumentos através do qual pretendo expor ao povo tocantinense meus compromissos, convicções e alternativas possíveis para o resgate do Estado do Tocantins da atual situação de desgoverno.

Sou tocantinense de berço, fui educado nas mais valiosas tradições da família e da fé cristã, formado na Força Aérea Brasileira (FAB), servindo ao nosso País em todas as regiões, nunca deixei de estar atento às questões políticas que tanto tem impactado a boa qualidade de vida dos brasileiros e em especial do meu estado natal. Basta dizer que nos últimos dezesseis anos nenhum governador do Tocantins, eleito pelo voto popular, conseguiu concluir o seu mandato, em decorrência de más administrações ou envolvimento com corrupções, ficando o Estado com um péssimo histórico de mandatos tampões em que políticos da mesma linhagem assumiram o governo após renúncias ou cassações de seus titulares.

A corrupção, o corporativismo, o fisiologismo e as relações controversas entre os setores público e privado, assim como as relações de lealdade e não técnicas, de interesse comum na administração pública, têm deturpado a boa política e limitado a capacidade plena de atuação da democracia e de relações republicanas no Estado do Tocantins.

A plataforma a seguir apresentada busca produzir um retrato dos principais desafios e propostas para solução dos problemas do Estado, sem desviar para caminhos mais fáceis e confortáveis e que iludiriam o cidadão do Tocantins. A situação é muito delicada em vários aspectos, não apenas no tocante à corrupção, mas também nas áreas de saúde, educação, segurança pública, saneamento básico, sustentabilidade ambiental, infraestrutura, habitação, dentre outras.

Encorajado e coerente com as ações do nosso Presidente Bolsonaro, buscando implantar uma política conservadora, em defesa da família, do empreendedorismo e de combate incansável a corrupção, sinto-me desafiado a participar do pleito eleitoral, colocando o meu nome para apreciação dos tocantinenses ao cargo de Governador.

Convicto de que efetivamente posso contribuir para resgatar a verdadeira vocação para o qual o Tocantins foi criado: um estado da livre iniciativa, com oportunidades para todos e potencialidades nos setores agrícola, pecuário e pesqueiro, bem como um polo atrativo de negócios e fomento da indústria sustentável que apresento nosso plano de governo, baseado nas premissas do planejamento político e estratégico capaz de evidenciar as questões prioritárias do Estado norteadas por diretrizes, objetivos e metas plenamente atingíveis nas diversas esferas de atuação.

A verdadeira transformação do nosso Estado não se resume apenas a promessas de campanha, mas passa necessariamente pela vontade, decisão e experiência técnico-operacional de uma equipe capaz de implantar as mudanças que o Tocantins tanto precisa, para torná-lo como foi vocacionado desde o seu nascedouro.

Queremos uma gestão pública eficiente, pautada no modelo de governança, transparência e conformidade, com resultados efetivos não somente para a Administração, mas particularmente para os cidadãos que são os mantenedores e principais destinatários dos serviços públicos.

Queremos avançar na qualidade dos serviços de saúde, aperfeiçoando a rede de atendimento e alocação de recursos; precisamos aperfeiçoar e qualificar a educação manter as tradições familiares e atender às demandas do mundo contemporâneo, atrair investimentos voltados à infraestrutura com vistas ao fomento e escoamento da produção.

Precisamos desenvolver e implantar o nosso parque industrial e logístico, mediante parcerias público-privadas com incentivos fiscais compatíveis; fomentar empresas competitivas e inovadoras voltadas à geração de emprego e renda; capacitar nossos jovens para o mercado de trabalho, com educação integral de excelência em escolas cívico-militares e escolas técnicas. Um projeto de desenvolvimento voltado para o presente e para futuras gerações é imprescindível e inadiável.

Há muito a ser feito para que o Estado possa recuperar o tempo perdido gerado pelas crises políticas até aqui vivenciadas. O Tocantins precisa avançar, o Tocantins tem pressa!

DECOLA TOCANTINS!

2. DIRETRIZES E EIXOS PRINCIPAIS DO PLANO

Em decorrência da péssima situação que se encontra o nosso Tocantins, com o ciclo vicioso da corrupção, precisamos, com urgência, eleger um gestor que realmente esteja disposto a transformá-lo em um Estado próspero e justo, com projeção nacional na Região Norte. Nesse sentido, apresentamos um plano de governo cujas premissas, evidências e questões prioritárias se baseiam em 8 (oito) diretrizes ou eixos principais, quais sejam:

- Administração Pública;
- Desenvolvimento Econômico e Social;
- Saúde;
- Educação e Cultura;
- Segurança Pública;
- Infraestrutura;
- Ciência, Tecnologia e Inovação; e
- Meio Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Sustentável.

A elaboração deste Plano de Governo decorreu do trabalho e da interlocução de especialistas nas mais diversas áreas das políticas públicas e na colaboração de representantes da sociedade civil organizada, de servidores públicos e de cidadãos que almejam um Tocantins melhor.

Na elaboração das diretrizes, se definiu alguns eixos estruturantes que devem estar presentes em todas as ações e programas do nosso governo, quais sejam:

1. Combate à corrupção, estabelecendo o efetivo controle da prestação dos serviços públicos e a correção dos processos administrativos;
2. Descentralização da gestão mediante a redução dos níveis hierárquicos que marcam o modelo burocrático, a ação do Estado focalizada no cidadão e reorientação dos mecanismos de controle por resultado e valorização do servidor de carreira.
3. Simplificação dos trâmites burocráticos, reduzindo as complicações para pessoas, empresas e organizações;
4. Transparência, com auditorias e o efetivo acompanhamento da sociedade na execução das políticas públicas.
5. Proteção Social, assegurando mecanismos de cuidado e atenção às necessidades básicas de mulheres, crianças e idosos, principalmente em situações de pobreza extrema, abandono e violência.
6. Busca da erradicação do estado de extrema pobreza.

3. PANORAMA GERAL

O Estado do Tocantins, criado em 1988, é a unidade federativa mais nova do Brasil, seu território de 277.621,858 quilômetros quadrados é fruto da emancipação do norte goiano. A população tocantinense está estimada em 1.607.363 habitantes, sendo o quarto estado mais populoso da Região Norte.

O setor de serviços é o principal responsável pela formação do PIB estadual. No Tocantins, esse segmento da economia se concentra na capital, Palmas, e nas cidades localizadas próximas à Rodovia Belém-Brasília, pois o fluxo de pessoas é intenso nessas localidades.

A agropecuária é a atividade responsável por, aproximadamente, 99% das exportações do Estado. O Estado é grande produtor agrícola, com destaque para o cultivo da soja, do milho, do arroz e da mandioca. A pecuária bovina de corte é um dos grandes elementos econômicos do Tocantins.

O setor industrial está concentrado nas cidades de Palmas, Araguaína, Gurupi, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional. As principais indústrias são a de produtos minerais, de borracha e plástico, agroindústria e alimentícia. Sua produção é destinada principalmente ao consumo interno.

Outro destaque na economia do Tocantins se refere à mineração, visto que o Estado possui grandes quantidades de ouro e calcário.

Diante do quadro atual da economia do Estado, temos dois grandes desafios pela frente: ajustar as contas públicas e gerar empregos.

Apesar de a economia tocantinense apresentar evoluções a cada ano, sua contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) nacional ainda é pequena, em torno de 0,6%. No âmbito regional, a participação do Tocantins para o PIB é em torno de 10 %.

Atenção especial deve ser dada à questão do desemprego, pois conforme pesquisa realizada pelo IBGE (PNAD Contínua) 2021, a taxa média anual de desemprego do Tocantins aumentou de 12% em 2020 para 13,3% em 2021.

O emprego doméstico foi um dos segmentos mais afetados pela Pandemia da COVID 19. O Estado do Tocantins perdeu cerca de 3.000 postos de trabalho doméstico no último ano. De acordo com o levantamento, o número de empregos formalizados (trabalho com carteira assinada) cresceu, mas ainda é o segundo pior desempenho da Região Norte.

O Estado do Tocantins está localizado na região geográfica mais estratégica e privilegiada do Brasil. Estamos equidistantes de todas as fronteiras do país. Com a força do Agronegócio, que está tornando o Estado o celeiro do Brasil e até mesmo do mundo, temos potencial para nos transformarmos num grande centro de logística, o único “hub” com capacidade de ligação para todas as regiões do País.

Apesar desse potencial logístico, nossa infraestrutura é bastante precária. Temos apenas a Ferrovia Norte-Sul em boas condições, enquanto vias terrestres apresentam, em grande parte, estado regular, ruim ou péssimo, o que impacta diretamente a competitividade. O grande volume de investimentos necessário para mudar esse quadro, dentro do atual quadro de crise fiscal, pode vir prioritariamente de projetos de concessões e parcerias públicos-privadas.

Podemos ser protagonistas no Brasil com relação à logística e à revolução tecnológica pela qual o mundo está passando, em todas as áreas e principalmente no Agronegócio. O mundo está mudando numa velocidade jamais vista e precisamos começar a nos preparar para isso agora. Drones, inteligência artificial, medicina moderna. Tecnologias que podem alavancar nossa economia e inclusive melhorar a prestação de serviços públicos à população. Temos que pensar em atrair esse que é um dos mercados de maior crescimento.

Pela sua importância econômica e cultural, e ainda pela sua visibilidade internacional, o Estado do Tocantins demanda, mais do que nunca, uma política sistemática e ativa de inserção internacional. Dentro desse enfoque, o governo procurará ampliar a capacidade de negociação e intermediação internacionais da administração estadual, de modo a facilitar a interação com parceiros estrangeiros, das secretarias e órgãos da administração do Estado.

No tocante à Segurança Pública, precisamos agir com inteligência e com base em tecnologia, bem como ampliar o olhar sobre a questão, encarando-a como um problema social importante. Isso passa pela integração da Secretaria de Segurança com as demais secretarias. Não se faz segurança sem integração. A transformação de cenário começa com a adoção de uma gestão que trabalhe com eficiência, otimização de recursos, realinhamento de processos e motivação.

A degradação da qualidade dos serviços de saúde prestados à população é um dos aspectos mais preocupantes da realidade tocantinense. Não há uma efetiva política estadual de saúde. A população necessita com urgência de uma assistência mais humanizada na saúde pública. Nosso compromisso é fazer com que o governo assuma efetivamente o comando do sistema estadual de saúde, como preceitua a constituição, a fim de organizar, articular e fiscalizar todos os serviços de saúde, públicos e privados, atendendo, de fato, as necessidades da população tocantinense.

Nesse caminho buscaremos nossos parceiros, em particular os municípios, através das secretarias e conselhos municipais de saúde, de forma a desenvolver planos regionais de saúde e aos quais prestaremos apoio técnico e administrativo. Buscando maior equidade, vamos estender o programa de médico de família a todo o Estado e investir em atenção básica para evitar que o paciente chegue à alta complexidade, exigindo portanto um volume menor de recursos.

O artigo 212 da Constituição Federal do Brasil determina que a União deva aplicar 18% de sua receita líquida de impostos em educação, seguida de 25% por parte dos estados e municípios. Não obstante a vinculação constitucional de recursos, a qualidade da Educação no Estado ainda é baixa e deixa a desejar, em particular quando comparada com outros estados. A evasão escolar aponta a necessidade de melhorar a qualidade e aperfeiçoamento dos professores.

O ensino em tempo integral é uma necessidade que foi esquecida pelos governantes do Tocantins. Muitas escolas não possuem laboratório de informática, nem biblioteca ou sala de leitura. O quadro geral na Educação do Estado é, portanto, precário e muito aquém do necessário para garantir o desenvolvimento econômico e o crescimento da *renda per capita*.

As atrações turísticas do Estado já conseguem atrair a atenção de todo o Brasil, e podem gerar muitas divisas anualmente, tanto para seus operadores quanto para os cofres do Estado. O setor do turismo tem grande potencial para geração de empregos e renda e, assim, funcionar como um polo de contribuição para a superação das mazelas do Estado.

O nosso Estado precisa se adaptar continuamente às demandas de inovações tecnológicas na sociedade e com isso estimular a competitividade das empresas da região. A área de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) receberá uma atenção do governo com relação ao repasse dos valores previstos para o fomento às pesquisas e desenvolvimento de pesquisas, bem como para ativação do Parque Tecnológico de Palmas.

Precisamos ter universidades de ponta, com formação de mestres e doutores. Não podemos deixar nosso capital humano fugir para outros estados e até mesmo para outros países, principalmente os jovens. É hora de investirmos em pesquisa, por exemplo, na área agropecuária, na área da saúde, etc. Precisamos reforçar essa potencialidade através da parceria com a iniciativa privada na realização de novos investimentos.

O governo entenderá os direitos humanos e as políticas de inclusão como transversais a todas as políticas públicas. Este aspecto terá especial atenção em todas as secretarias e ações de governo. Nesse sentido, será sempre buscado o diálogo para que o planejamento e decisões relativas às políticas de Direitos Humanos sejam participativas, de forma a desenvolver políticas de cuidados para infância, pessoas com deficiência e idosos em situação de dependência, proteção contra violência à mulher, assim como políticas de respeito à diversidade religiosa.

O Tocantins é um estado que possui uma vasta e diversificada cultura. Contudo, por ingerência dos últimos governos, o Tocantins vem deixando de dar o devido valor à cultura nas regiões mais isoladas. O nosso governo incentivará e promoverá o acesso à cultura, e dará o suporte necessário para a preservação das atividades culturais no Estado, não esquecendo de valorizar todos os municípios em suas atividades culturais, seus projetos e seu folclore.

Não há dúvidas que o Tocantins tem no turismo uma de suas maiores vocações. Nossas praias, nossas cidades históricas, nosso folclore e nosso turismo ecológico encantam a todos. Porém, a experiência das pessoas que escolhem o Tocantins como destino turístico não tem sido das melhores. O Estado não oferece a estrutura mínima adequada ao turista, não consegue formular um calendário de eventos visando a atração de visitantes, não promove a segurança adequada, pontos turísticos deterioram-se pela falta de planejamento e manutenção. Temos um potencial enorme e podemos fazer crescer o número de turistas, principalmente como ferramenta importante para a recuperação econômica do Estado.

Há muitos anos os governos que se sucederam mostraram-se incapazes de gerir adequadamente o Estado. Desestruturação do sistema de controle, falta de fiscalização das receitas e despesas públicas, concessões de benefícios fiscais sem critérios de adesão e avaliação de resultados, dentre outros fatores, evidenciam essa realidade.

É preciso estancar a corrupção e a má gestão administrativa, bem como resgatar os princípios da moralidade e da responsabilidade fiscal. Só assim o governo será capaz de realocar estes recursos para o atendimento das necessidades mais urgentes da população do nosso estado e recuperar a sua credibilidade.

Iremos recuperar a autoestima da população por meio de um trabalho de gestão profissional. Com planejamento, controle, avaliação, integração e coordenação de políticas públicas; Com estabelecimento de indicadores de desempenho para medir os resultados efetivos de execuções orçamentárias; com criação de interfaces e comunicação com a sociedade para entender e atender às demandas da população.

A valorização das pessoas e de suas capacidades como servidores públicos deve se consolidar como eixo central de gestão.

4. PROPOSTAS

4.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA / GESTÃO

- Realizar auditoria das contas públicas, fazendo um minucioso levantamento sobre a realidade financeira e apresentar os resultados com total transparência;
- Criar o COMITÊ DE COMBATE À CORRUPÇÃO. O objetivo é combater a desinformação juntos, em direção a um novo modelo de governança;
- Realizar auditorias na folha de pessoal, com objetivo de identificar a ocorrência de irregularidades no pagamento de salários e benefícios, bem como investigar a existência de “funcionários fantasmas”;
- Definir uma política de desenvolvimento, com critérios pré-estabelecidos de concessão de benefícios fiscais, baseada nas potencialidades setoriais e regionais do estado, sempre levando em consideração a competitividade em relação aos principais estados concorrentes;
- Revisar a estrutura administrativa do Estado, com a finalidade de trazer eficiência, evitando sobreposições e conferindo nível de unidade de gestão aos temas de relevância para o desenvolvimento do Tocantins;
- Valorizar os gestores dos órgãos públicos, com foco no resultado;
- Valorizar os servidores com foco no mérito e nos resultados, via monitoramento de indicadores;
- Revisar a gestão e a transparência do Instituto de Gestão Previdenciária – IGEPREV;
- Ampliar a qualificação dos servidores em todos os níveis, implantando cursos de capacitação, graduação e pós-graduação;
- Avançar fortemente com a digitalização de todos os processos físicos (GED), agilizando os tramites burocráticos na oferta de serviços ao cidadão;
- Implantar em cidades centrais um ambiente no qual será agrupado em um mesmo local diversos serviços públicos, em parcerias com prefeituras, órgãos federais e empresas prestadoras de serviços públicos;
- Ampliar a capacidade de arrecadação e receitas, sem elevar as alíquotas de impostos;
- Atrair investimentos com a implantação de escopo legal que confira ampla segurança jurídica aos investidores no Estado, com a garantia de que as regras vigentes não se alterem por um período determinado de tempo;
- Viabilizar a implantação do sistema de inteligência fiscal;

- Revisar a legislação tributária com vistas ampliar a desburocratização e a competitividade nacional e internacional do Tocantins;
- Levantar estudos que conduzam a redução da inadimplência do contribuinte, bem como a evasão fiscal;
- Estabelecer procedimentos em relação aos gastos com pessoal, de maneira que possam ser cumpridos de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, valorizando os servidores públicos em suas funções estratégicas;
- Tornar independente a Agencia Tocantinense de Regulação e Controle - ATR, tanto, política, econômica, financeira, formando e capacitando seu corpo técnico, para assumir o papel de fiel da balança entre os prestadores de serviços públicos e privados, inclusive com definição de mandatos com intervalos de gestão que diferem dos mandatos do executivo e do legislativo (gestões intercaladas);
- Implementar um sistema de custos na administração pública estadual e elaborar um conjunto de ações que tenham como objetivo maximizar o uso dos recursos disponíveis;
- Fortalecer a atuação de uma Controladoria Geral do Estado como órgão de assessoria ao governador em matérias relacionadas ao controle e eficiência dos recursos públicos;
- Verificar se os contratos e convênios assinados pelo governo do estado estão sendo executados dentro da legalidade;
- Ampliar a participação do setor privado nos investimentos;
- Propor à Assembleia Legislativa um projeto de aperfeiçoamento da legislação tributária do Estado do Tocantins, a ser pensado por um grupo de especialistas do governo e do setor privado;
- Buscar convênio com SPC/SERASA, e também com representações empresariais, a fim de higienizar todo o cadastro de contribuintes do Estado e evitar perda de receita em decorrência da ausência de dados atualizados;
- Realizar auditoria nas Despesas de Exercícios Anteriores para as quais não foram comprometidas a respectiva dotação orçamentária na época própria, a fim de comprovar a efetividade do material, da prestação do serviço ou medição da obra;
- Propor uma reforma dos parâmetros previdenciários e de pagamento de benefícios estaduais;
- Valorizar o servidor público, por meio das seguintes ações principais: pagamento da Folha de Pessoal sem atrasos; criação de um banco de talentos que permita alocação dos servidores de acordo com suas competências para desenvolver determinada tarefa e levantamento das necessidades de atualização e

desenvolvimento dos servidores, promovendo a participação em cursos, treinamentos, seminários e outros eventos de capacitação de recursos humanos;

- Fomentar dentro das universidades, em especial as universidades estaduais, a criação de cursos de treinamento e capacitação para os diversos níveis e especialidades da gestão pública estadual e municipal, bem como, capacitações com foco nas especialidades que possam qualificar a mão de obra voltada para as potencialidades industriais do nosso Estado;

- Ampliar as compras públicas via pregão eletrônico e criar um sistema estadual de gestão de contratações apoiado no binômio gestão de preços/ gestão de qualidade;

- Realizar uma avaliação de toda a estrutura da Administração Direta (secretarias) e Indireta (órgãos, departamentos e autarquias) como o fito de aprimorar a gestão, reduzindo ou aglutinando setores, de modo a reduzir custos e aprimorar os serviços à população dispendidos, de forma desburocratizada, rápida e efetiva em toda esfera estadual;

- Criar um portal de atendimento e um aplicativo que torne acessível ao cidadão todos os serviços do Estado que não precisem da presença física do indivíduo e que permita o agendamento dos serviços que exijam a presença física, informando todo o necessário para tornar o atendimento célere e efetivo;

- Criar grupos de capacitação em gestão pública que atendam as diversas regiões do estado e aos municípios, combinando ensino a distância (EAD) e núcleos presenciais, usando a infraestrutura já existente nas universidades estaduais. Buscar parcerias com a iniciativa privada; e

- Desenvolver um sistema de informações estratégicas, gerenciais e operacional integrado e padronizado para todas as secretarias.

4.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- Apoiar a criação de estruturas que visem o desenvolvimento de projetos de interesse estratégico para o Estado, com foco nas ações de desenvolvimento;
- Focar no planejamento, fortalecendo a Secretaria de Planejamento do Tocantins, buscando o contínuo monitoramento do Plano Estratégico de desenvolvimento para o Estado do Tocantins;
- Fortalecer a diversificação a matriz produtiva no Estado, bem como elevar a produtividade e a capacidade de gerar valor agregado das cadeias produtivas do Estado;
- Fomentar e incentivar novas cadeias produtivas tecnológicas, tais como: Energias Renováveis, Biocombustíveis e Matérias Primas Renováveis;
- Aprimorar a atuação estratégica do Conselho de Desenvolvimento Econômico, na promoção à inovação das cadeias produtivas;
- Estimular a competitividade da economia do Tocantins, promovendo a ampliação e diversificação da pauta exportadora e importadora do Tocantins;
- Estimular as compras locais via criação de programas específicos, visando a ampliação da economia e arrecadação tributária;
- Focar na melhoria da qualidade das rodovias com manutenção mais barata e eficaz;
- Ampliar a autonomia fiscal do governo estadual;
- Melhorar o acesso das áreas agropecuárias com as plataformas de transbordo ligada a Ferrovia Norte-Sul;
- Viabilizar a implantação e operacionalização dos pátios da Ferrovia Norte-Sul, com a previsão de cinco terminais de cargas, conforme projeto já planejado;
- Mapear e planejar o desenvolvimento das potencialidades turísticas locais, nas diferentes regiões do estado, baseado em pesquisas e levantamentos coordenador pelo governo estadual, com foco prioritário nas áreas de elevada sazonalidade, e ajudando a entender a potencialidade de cada uma das regiões, podem gerar elevados retornos para as economias locais;
- Otimizar e potencializar o acesso ao polo Turístico do Jalapão e de outros polos, respeitando os limites ambientais da região;
- Articular a construção de eclusas que viabilize a navegação fluvial nas hidroelétricas de Lajeado, Estreito, Peixe, São Salvador, Ipueiras, Tupiratins e Serra Quebrada;

- Atualizar o Plano Aeroviário Estadual, de forma a conseguir recursos para ampliar e melhorar as condições de operacionalização dos principais Aeródromos públicos e Pistas de Pouso do Estado, principalmente em regiões com maior aptidão turística e econômica;
- Articular a transformação do Aeroporto de Palmas como Centro de Distribuição de Voos Norte e Nordeste, desafogando o aeroporto de Brasília;
- Fazer gestões junto à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Ministério da Infraestrutura e empresas aéreas para o aumento de oferta de voos para o Estado, partindo das principais cidades do Brasil e também voos internacionais para Palmas;
- Articular a efetivação de um aeroporto no Estado como Centro de Distribuição de Carga (HUB) para todo o Brasil, dada a posição central e estratégica que o Estado ocupa;
- Articular junto à Força Aérea Brasileira a criação de uma Base Aérea no Tocantins, dada a posição estratégica privilegiada para a segurança Nacional;
- Incentivar a atração de empresas transportadoras, reparadora, armazéns e demais atividades voltadas para a logística. Dada as condições geográficas estratégicas do Estado;
- Apoiar a conclusão, implementação e dinamização do ECOPORTO de Praia Norte;
- Incentivar a implementação do Terminal de Grãos na Região Sul do Estado;
- Viabilizar a criação de um sistema de inteligência estratégica para reorganizar o setor agropecuário do Estado com articulação internacional, nacional, regional e local;
- Fornecer infraestrutura pública para a pesca (capatazias) nas comunidades ribeirinhas;
- Identificar e impulsionar o crescimento das indústrias vinculadas ao agronegócio localizados à montante e à jusante da cadeia produtiva;
- Fortalecer o Agronegócio e a Pecuária no Estado, promovendo políticas de acordo com as demandas dos setores, incluindo o setor da agricultura familiar;
- Potencializar a AGROTINS visando o alcance de novos patamares do agronegócio e agricultura familiar no Estado, tornando a feira ainda mais tecnológica e empresarial, voltada para a melhoria da produtividade do grande e do pequeno produtor. Ressalta-se ainda a necessidade de melhorias estruturais no local de realização da referida feira;
- Ampliar e fortalecer o microcrédito no campo e na cidade;
- Estimular o plantio de florestas madeireiras e seringueiras, visando a produção e industrialização dessas matérias primas no Estado;

- Estimular empresas, através de incentivos fiscais específicos, a implantação de usinas fotovoltaicas como elementos de geração de energia limpa e potencializador da independência energética no Estado do Tocantins;
- Desenhar políticas de simplificação burocrática para Micro e Pequenas Empresas, tanto do registro de criação como dos processos tributários, incentivando a formalização de atividades;
- Planejar a alocação de empresas e a oferta de serviços, de forma a reduzir a concentração na capital e espalhar o desenvolvimento no interior;
- Incentivar o aumento da produção pesqueira, por meio de parcerias com o Ministério da Agricultura, negociações para o aumento da oferta de crédito e melhorias para o escoamento e venda da produção;
- Desenvolver o projeto do primeiro emprego, montando uma rede de ligação do empregador com os candidatos ao emprego, através de feiras e eventos, sistemas online de troca de currículos e experiências; e
- Estabelecimento de um programa de abertura de empresas, por meio de parcerias com empresas juniores, incubadoras de base, bancos, sistema S e instituições de apoio ao empresariado, permitindo o nascimento de pequenas empresas no Estado e regularizando as existentes que estão na informalidade.

4.3 SAÚDE

- Ampliar os programas e ações do serviço de saúde mediante uma política de interiorização e valorização dos profissionais de saúde;
- Investir em saúde integral preventiva da morbidade, mormente decorrentes de problemas cardiovasculares, saúde mental e psíquica, tabagismo, alcoolismo, diabetes e pressão arterial, mediante programas educativos e integração de áreas multiprofissionais em saúde;
- Ampliar e aperfeiçoar o sistema da Estratégia de Saúde da Família mediante reestruturação das informações da rede de atenção e implantação da telemedicina no estado;
- Implementar a regionalização dos serviços de média e alta complexidade e cooperação entre Estado e municípios;
- Estabelecer parcerias com entidades da sociedade civil de amparo a dependentes químicos;
- Otimizar a distribuição regional dos leitos hospitalares e leitos de UTI disponíveis pelo Sistema Público de Saúde e aprimoramento do gerenciamento de sua utilização;
- Instalar uma unidade de referência em doenças Cardiovasculares e de Oncologia no Estado;
- Implementar estudos e ações junto ao Governo Federal com vistas à construção do Hospital Infantil de Referência no Estado;
- Reestruturar os serviços de atenção psicossocial do Estado;
- Implementar ações e serviços de saúde bucal;
- Fortalecer a assistência farmacêutica e serviços de apoio, diagnóstico e terapêutico;
- Criar o Comitê Estadual de Estudo de Doenças, buscando preparar as Redes Estadual e Municipais de Saúde para possíveis crises causadas por pandemias ou outras condicionantes;
- Estabelecer parcerias com o Corpo de Bombeiros e Forças Armadas para a alocação de médicos dessas instituições nos hospitais estaduais e municipais e também para ampliar os atendimentos itinerantes por meio dos Programas de Assistência Cívico-Social;
- Realizar obras de manutenção nos hospitais e unidades pertencentes a Rede Estadual de Saúde, visando garantir a melhor infraestrutura na área;
- Viabilizar, por meio da Bancada do Tocantins na Câmara dos Deputados e do Senado, de recursos para construção de Unidades de Pronto Atendimento e aquisição de equipamentos hospitalares;

- Fazer parcerias com o Governo Federal para a construção e gestão de hospitais e unidades de pronto atendimento;
- Viabilizar com o Ministério da Saúde de construção de novas unidades hospitalares terciárias no Estado, visando desafogar o Hospital Geral de Palmas, assumindo o protagonismo da Saúde na Região Norte;
- Intensificar campanhas de vacinação em escolas e praças nos fins de semana, visando facilitar o acesso da população aos cuidados de saúde;
- Instituir a digitalização de resultados de exames, visando evitar filas nos laboratórios para retirada dos resultados e dando comodidade aos pacientes;
- Identificar as regiões com maior necessidade de atendimento e implantar unidades móveis de atendimento, exames (por exemplo, mamografia) e tratamento;
- Promover a entrega de medicamentos para pacientes acima de 65 anos e portadores de necessidades especiais em casa, em moldes parecidos com o programa “Remédio em Casa”;
- Dar atenção especial ao controle de zoonoses e à proteção de animais domésticos e implementar de um calendário anual para castração de cães e gatos a preços acessíveis;
- Implantar a telemedicina no Estado, com fins de realizar a triagem inicial do paciente ainda na sua casa, buscando desafogar a rede estadual de saúde;
- Adotar uma gestão compartilhada da área de saúde com as chamadas Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), com adoção de políticas de transparência e *compliance*, buscando evitar casos de corrupção na área de saúde;
- Intensificar a passagem do carro “fumacê” para realizar o combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, evitando casos de Dengue, Chicungunya e Zika Virus nos municípios;
- Viabilizar com o Ministério da Saúde de construção de um Hospital Materno Infantil no Estado, visando reduzir a mortalidade infantil, melhorando a oferta de exames pré-natal;
- Pactuar a relação entre Estado e municípios para o estabelecimento de Policlínicas e Centros de Referências Regionais em municípios polos do Estado;
- Ampliar o número de leitos hospitalares na rede pública de saúde;
- Reestruturar a Gestão da Secretaria de Saúde e dos serviços de saúde, restabelecendo a condição do Estado na gestão de ações e serviços de saúde à população;
- Implantar o Núcleo de Combate à Corrupção no âmbito da Secretaria da Saúde e suas unidades;

- Modernizar e integrar toda a Gestão Hospitalar do Estado;
- Garantir adequado suprimento de insumos, materiais e medicamentos a partir dos Centros de Logísticas Regionais. Mantendo o abastecimento permanente;
- Promover a valorização dos Profissionais de Saúde;
- Construir e reestruturar as instalações da rede de serviços especializados de média e alta complexidade ambulatorial no âmbito estadual;
- Viabilizar em todas as regiões da saúde, exames para detecção e prevenção do câncer de mama e do colo do útero;
- Ampliar o numero de leitos de UTI's definitivas e de profissionais capacitados, nos Hospitais existentes, dispensando os leitos locados, caso haja, evitando transtornos administrativos nas unidades;
- Estruturar e liderar consórcios entre municípios, sob a ótica de políticas regionais de saúde, inclusive a possibilidade de compras coletivas, de forma a reduzir custos;
- Criar uma central única de cotação e compras de materiais médicos, insumos, medicamentos hospitalares e OPME (órtese, prótese e materiais especiais), que será diretamente subordinada ao Secretário de Saúde, onde cada item a ser comprado pelo Governo do Estado seja obrigatoriamente cotado em diversos estados a fim de reduzir o custo operacional da saúde pública;
- Realizar esforço concentrado (mutirão) nos hospitais da rede estadual, a fim de se reduzir as filas de espera por cirurgias eletivas; e
- Estruturar um canal único onde todas as informações serão disponibilizadas em tempo real, com atualizações sobre o quadro de profissionais de saúde, especialidades disponíveis, disponibilidades de exames, tempo de espera em cada unidade.

4.4 EDUCAÇÃO E CULTURA

- Fazer parceria com o Ministério da Educação para que o Tocantins seja contemplado com mais escolas no programa de Escolas Cívico- Militares do Governo Federal;
- Promover de investimentos voltados à instalação e ampliação de mecanismos de segurança física e patrimonial nas escolas públicas mediante contratação de policiais militares (tarefa por tempo certo) ou segurança privada e instalação de câmeras de monitoramento;
- Articular e implementar parcerias e convênios com os municípios visando a ampliação da estrutura logística de transporte escolar;
- Implementar ações de fortalecimento de atividades dos Conselhos Municipais de Educação;
- Instalar bibliotecas e laboratórios de ciências nas escolas;
- Desenvolver e implementar programas e ações visando a redução da evasão escolar;
- Melhorar a alocação de recursos e equipamentos pedagógicos voltados aos portadores de deficiência;
- Ampliar gradativamente a oferta de educação integral nas escolas atualmente instaladas;
- Desenvolver e implementar convênios e parcerias com entidades educacionais, culturais e religiosas voltadas aos que se encontram em cumprimento de pena e de medidas socioeducativas;
- Desenvolver políticas e implementar as ações de educação ambiental;
- Implementar e fortalecer ações de valorização do corpo funcional da UNITINS, proporcionando à sociedade o resultado da sua ação educacional e cultural e produção científico-tecnológica;
- Implementar e fomentar ações voltadas aos investimentos nos setores essenciais da UNITINS, propiciando-lhe autonomia financeira associada a eficiente política de transparência administrativa e orçamentária;
- Fixar ações, políticas e metas para aumentar o índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB do estado, em parceria com os municípios;
- Ampliar os programas de formação continuada, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado, visando a qualificação e nível educacional dos profissionais em educação no Estado do Tocantins;
- Reformular o ensino do Campo integrando aos projetos de desenvolvimento local sustentável em parceria com instituições de pesquisa, desenvolvimento e extensão rural;

- Melhorar a alimentação escolar, estruturas físicas, uniformes e transporte de qualidade, garantindo condições para o melhor desempenho dos estudantes na performance de aprendizagem;
- Valorizar a infraestrutura das escolas desenvolvendo políticas de contratação de serviços e produtos regionais valorizando a economia local;
- Investir em tecnologias educacionais para a melhoria do currículo escolar;
- Criar novos programas de educação profissional com ênfase nas tecnologias, no trabalho criativo, nas novas demandas do mercado do trabalho com a perspectiva de ampliar as cadeias produtivas regionais e locais;
- Propor políticas e parcerias para a erradicação do analfabetismo, voltado principalmente para a população acima dos 15 anos de idade em todo o Estado;
- Fazer parceria com o Ministério da Educação para a promoção de ações como o programa de aquisição de material escolar, de alfabetização e de literacia familiar;
- Revisar o Plano Estadual de Educação, visando a melhoria da grade curricular dos estudantes, buscando inserir as melhores práticas educacionais existentes no mundo;
- Criar programas de formação continuada aos professores da rede estadual, mantendo sua formação atualizada e adequada as melhores práticas do processo de ensino-aprendizagem;
- Propor parceria com instituições religiosas, esportivas e culturais para o oferecimento de atividades no contraturno escolar como reforço escolar, prática esportiva, música, informática e ensino de línguas estrangeiras, buscando manter os jovens com ocupação fora do período escolar;
- Propor parcerias com as equipes desportivas do Estado e universidades para a busca de novos atletas para atuarem e estudarem no Estado;
- Criar Plataforma Online para os estudantes da Rede Estadual, oferecendo atividades de reforço, deveres de casa, leitura, prática de estudos e preparação para provas como o Vestibular e o ENEM;
- Reforçar o ensino da história tocantinense nas escolas, criando o sentimento de pertencimento e fortalecendo o orgulho de ser do Tocantins;
- Viabilizar com o Ministério da Educação e com o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos para a expansão da oferta de creches municipais, com ampliação do horário de funcionamento;
- Fazer estudos visando viabilizar a implantação de projeto-piloto de vouchers para a educação infantil e ensino fundamental, para que as escolas particulares recebam aqueles que não consigam acesso a Rede Estadual de Ensino, combatendo a evasão escolar;
- Fortalecer o Incentivo ao Esporte e à Cultura, promovendo o financiamento de atividades culturais e esportivas no Estado;

- Viabilizar com o governo Federal, embaixadas e consulados a criação de escolas bilíngues públicas;
- Fortalecer a modalidade de Ensino à Distância para os alunos do Ensino de Jovens e Adultos, oferecendo plataforma online para acompanhamento das aulas, buscando facilitar a vida de quem já trabalha durante o dia e deseja completar seus estudos no nível fundamental e médio;
- Promover os Jogos Escolares Estadual, buscando integrar as escolas estaduais e municipais por meio da prática esportiva e promovendo os bons valores que o esporte promove na sociedade;
- Apresentar à Assembleia Legislativa do Estado Projeto de Lei que institua o programa “Escola Sem Partido” e a vedação do ensino de ideologia de gênero nas escolas, visando o combate a doutrinação ideológica na rede de ensino e a invasão do professor na formação sexual e moral do estudante;
- Incentivar a criação de programa de apresentações culturais semanais nas cidades tocantinenses, incentivando a cadeia produtiva da cultura em ações como apresentações teatrais, apresentações musicais e exposições;
- Criar um sistema de avaliação de desempenho escolar estadual e um indicador de qualidade de gestão escolar;
- Premiar escolas-modelo, a partir da melhoria dos resultados de desempenho educacional e da gestão vigente, por meio da criação do Sistema de Incentivo Escolar;
- Realizar parcerias com universidades para levar palestras, projetos e oportunidades para alunos da educação infantil e ensino fundamental estimulando-os a pensar no próprio futuro e no seu envolvimento com universitário;
- Buscar parcerias com setor privado para a promoção de cursos técnicos para a população da cidade;
- Promover parcerias com o Terceiro Setor, Governos Federal, iniciativa privada, instituições religiosas e culturais para a criação de companhias de teatro e bandas de música;
- Incentivar à criação de bandas marciais pelas escolas estaduais;
- Incentivar e promover desfile cívico no dia do aniversário das cidades, em parceria com as Forças Armadas, e as escolas dos municípios;
- Aumentar gradativamente as escolas de turno integral, no ensino médio;
- Ampliar programas escolares direcionados aos alunos com altas habilidades e/ou com deficiência, com vistas a fortalecer a escola inclusiva;
- Implantar programa de visitação a empresas de alunos das escolas estaduais de ensino médio, com o intuito de familiarizá-los e prepará-los para o mercado de trabalho;
- Oferecer programas em parceria com as universidades estaduais, federais e particulares com o objetivo de capacitar monitores pedagógicos para atuarem nas salas de aula, especialmente naquelas que possuem alunos com deficiência;

- Fortalecer o programa de formação de educadores, em parcerias com universidades;
- Oferecer programas para maior participação da família no ambiente escolar, com vistas à melhoria do processo de aprendizagem;
- Estimular a expansão das modalidades de ensino técnico e profissional, alinhado às necessidades do mercado de trabalho;
- Aumentar a participação de alunos em olimpíadas do conhecimento estaduais, nacionais e internacionais;
- Incentivar projetos tecnológicos e inovadores, criados pelos alunos das escolas estaduais. Buscar parcerias com as empresas;
- Fortalecer a Educação à Distância (EAD), com ênfase no desenvolvimento de cursos de interesse da comunidade escolar e que atendam ao perfil produtivo das empresas locais;
- Promover eventos culturais nas comunidades, a fim de reduzir a vulnerabilidade social das crianças e jovens e descobrir novos talentos;
- Valorizar e promover a cultura, ampliando atividades e ações nos municípios;
- Formar parcerias com a iniciativa privada visando a preservação de construções históricas do Estado, tombadas ou não, que se encontram em péssimo estado de conservação;
- Criar e divulgar um calendário de atividades culturais do Estado; e
- Fomentar o surgimento e desenvolvimento de rede de startup em regiões de forma descentralizada, observando a expertise de cada região.

4.5 ESPORTE E LAZER

- Incentivar e promover jogos amadores e estudantis nas diversas modalidades nos municípios tocanтинenses;
- Fortalecer as federações e estimular seu autofinanciamento;
- Implantar programas de esporte e lazer em parceria com as escolas públicas para estimular a prática desportiva escolar;
- Incluir o Estado do Tocantins no Circuito Nacional de competições, principalmente aquelas onde possam ser explorados os lagos e naturezas disponíveis (campeonatos de pesca esportiva, canoagem, vela, voo livre, parapente etc.) fomentando em concomitância o Turismo de aventuras;
- Integrar as atividades físicas e esportivas nas escolas estaduais do Tocantins com os projetos afins das secretarias de Educação e da Saúde, com o objetivo de contribuir para a formação do caráter e da cidadania dos jovens e propiciar melhor qualidade de vida aos estudantes;
- Firmar convênios com as universidades, abrindo espaço para estágios dos formandos, de forma a suprir as possíveis necessidades de professores de educação física nas escolas públicas;
- Firmar convênios pelo Estado com clubes sociais e/ou instalações militares, de forma a suprir a necessidade de instalações esportivas; e
- Promover eventos esportivos nas comunidades, a fim de reduzir a vulnerabilidade social das crianças e jovens.

4.5 INFRAESTRUTURA

- Realizar convênios com o Governo Federal, por meio dos Batalhões de Engenharia do Exército visando à recuperação das rodovias do Estado;
- Acompanhar de forma permanente o processo de licitação dos trechos das rodovias federais concedidas;
- Ferrovia Norte-Sul. Apesar de se tratar de concessão federal, conceberemos esforços, a fim de atrair maiores investimentos para o Tocantins;
- Desenvolver a cadeia produtiva da indústria solar e eólica no Estado, elevando a capacidade de aquisição dos equipamentos pelos consumidores industriais e residenciais;
- Criar um modelo expresso de licenciamento ambiental para determinadas atividades, com equipe de servidores qualificados para análise rápida de processos;
- Atualizar o Plano Aeroviário Estadual, de forma a obter recursos do Governo Federal para investir nos principais aeroportos do Estado. Fomentar a construção de aeródromos nas principais cidades, com a finalidade de atrair investimentos, bem como de alavancar o turismo; e
- Cuidar da melhoria e ampliação da infraestrutura das regiões turísticas do Estado, sobretudo no Jalapão, na região do Cantão e do Araguaia, obedecendo à capacidade de carga dos atrativos naturais e respeitando os direitos das comunidades tradicionais.

4.7 BEM-ESTAR SOCIAL

- Criar o programa que ofereça benefícios fiscais as empresas locais que contratarem aqueles que estiverem em condição de pobreza extrema;
- Encerrar conselhos estaduais na área de assistência social e direitos humanos que existem apenas por interesses políticos e ideológicos;
- Incentivar a construção de restaurantes populares, visando garantir a segurança alimentar da população;
- Combater o consumo de drogas ilícitas, com internação compulsória dos usuários das drogas mais perigosas, como o crack, para que estes se recuperem do vício, com estabelecimento de parcerias com clínicas de reabilitação e instituições religiosas;
- Viabilizar, por meio do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, a vinda de unidade da Casa da Mulher Brasileira para a Capital visando auxiliar a mulher vítima de violência doméstica;
- Realizar programas de regularização fundiária, visando garantir o direito à propriedade privada às populações de baixa renda;
- Resgatar as pessoas em situação de rua, com a ampliação e construção de unidades de acolhimento;
- Estruturar os serviços de Proteção Social Especial às famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, em parceria com a Sociedade Civil, Ministério Público e Poder Judiciário;
- Criar mecanismos de controle social de políticas, programas e ações de desenvolvimento social de combate à fome, garantindo a representação de todos os grupos sociais vulneráveis;
- Ampliar a atuação nas áreas de segurança alimentar e nutricional voltadas para povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais;
- Fortalecer e apoiar a implementação do Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil nos municípios, embasada na Campanha Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil, visando o combate a pedofilia em todas as suas formas;
- Apoiar os municípios na implantação de creches em parcerias com Governo Federal e com empresas privadas;
- Incentivar o acesso facilitado ao microcrédito para as mulheres chefes de família;
- Adotar medidas para assegurar a responsabilização de familiares pelo abandono de pessoas idosas;

- Fortalecer as atividades do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- Apoiar programas de educação profissional para pessoas com deficiência;
- Fortalecer a autonomia das APAES, evitando interferências políticas em suas ações;
- Implantar a linguagem de sinais (libras) nas escolas públicas estaduais;
- Implantar e/ou expandir programas que visem a defesa dos direitos das pessoas idosas, da juventude, das mulheres, dos negros, dos índios, das pessoas com deficiência, das pessoas com doenças raras e demais minorias que são alvo de discriminação para o exercício de direitos de cidadania;
- Criar, implementar e monitorar o Centro de Referência de pesquisa, diagnóstico e atendimento a doenças raras e pessoas com deficiência, em parceria com órgãos públicos e privados, bem como com as universidades estaduais; e
- Planejar e executar ações para alavancar o esporte inclusivo e a participação de pessoas com deficiência e doenças raras em eventos esportivos e paraolimpíadas.

4.8 SEGURANÇA PÚBLICA

- Fortalecer a integração das forças de segurança pública em um Plano Integrado de Segurança entre Polícia Militar, Polícia Civil, SAMU, Guarda Municipal, Corpo de Bombeiro, Forças Armadas, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e demais órgãos de apoio em situações de crise. Estabelecer estrutura para um Gabinete de Crise;
- Investir no uso de tecnologias de informação e comunicação de maneira integrada para melhorar a eficiência e integração dos serviços de segurança à comunidade;
- Disseminar o uso do monitoramento e análises eletrônicas nas zonas urbana e rural, ampliando a produtividade e qualidade dos serviços de polícia;
- Modernizar a gestão das forças de segurança, buscando melhorar a efetividade da atividade fim;
- Efetivar a instalação de Delegacias Rurais no Estado, visando uma maior segurança no campo;
- Implementar trabalhos como atividade econômica em presídios, em parcerias com a iniciativa privada, sociedade civil, universidades, institutos tecnológicos e entes governamentais;
- Ampliar a estrutura do Corpo de Bombeiros e Defesa Civil para garantir o atendimento com qualidade;
- Fazer estudos para um melhor aproveitamento da Guarda Municipal como órgão complementar de Segurança Pública;
- Viabilizar o recebimento de denúncias por aplicativos, desenvolvendo aplicativos específicos ou inserindo botões em aplicativos prontos para denúncia de abuso contra a mulher e contra a criança;
- Promover estudos visando garantir o uso de armas de fogo pela Guarda Municipal e por vigilantes;
- Estabelecer parceria entre as Secretarias Estadual e Municipais de Educação, a Polícia Militar e as Guardas Municipais para um programa educacional de prevenção contra as drogas nas escolas;
- Melhorar as estruturas dos batalhões e companhias de Polícia Militar e delegacias oferecendo melhores condições para atuação dos profissionais de Segurança Pública;
- Estruturar uma Corregedoria com carreira própria, fortalecendo o órgão e protegendo seus ocupantes;
- Otimizar o setor administrativo dos batalhões/delegacias, tornando-os mais operacionais. Estudar a criação de Quadro de Apoio Especializado, reduzindo a utilização de Policiais em atividade administrativas;

- Promover o reaparelhamento Científico-Tecnológico da Segurança Pública, para auxílio no combate à criminalidade;
- Revisar os Processos Organizacionais das Corporações;
- Implementar de políticas de valorização profissional;
- Implementar de programa de melhoramento de imagem institucional;
- Estabelecer cooperação técnica com a utilização do Sistema Integrado de Radiocomunicação entre as forças federais, estaduais e municipais de segurança e defesa civil;
- Criar o Comitê de Segurança Pública com uma maior participação dos municípios. Base de dados única para os membros do Comitê;
- Padronizar a Formação Profissional por meio de uma “Academia de Segurança Pública”;
- Tornar obrigatórios os cursos de aprendizagem continuada ao longo da carreira para os agentes;
- Desenvolver com o Comitê e seus membros a Difusão do Enfrentamento da Violência contra a Mulher e dos grupos mais vulneráveis, através de cursos e workshops, bem como a mediação de conflitos nas Comunidades, criando uma Rede de Proteção;
- Integrar os Sistemas de Videomonitoramento dos Municípios participantes do Comitê de Segurança Estadual; e
- Fortalecer as ações de Inteligência, principalmente no combate ao Crime Organizado.

4.9 TURISMO

- Desenvolver o Plano Estadual de Turismo, buscando a organização do turismo no Estado e sua divulgação, de modo a aumentar o orgulho do tocantinense com relação às belezas e a cultura de sua terra;
- Transformar os Rios Tocantins e Araguaia em verdadeiros destinos turísticos, com estrutura adequada, aproveitando o potencial existente nas regiões;
- Instalar centros de apoio ao turista, com informações e guias turísticos à disposição;
- Melhorar a sinalização, da iluminação pública, da limpeza urbana, das calçadas e quiosques nas praias, dos estacionamento, bem como a facilitação do acesso aos pontos turísticos, principalmente para idosos e pessoas com necessidades especiais;
- Promover o Turismo de aventura, de voo livre, das trilhas ecológicas, da pesca esportiva e dos esportes náuticos e mergulho, em parceria com a iniciativa privada;
- Criação de calendário de eventos, aproveitando todo o espaço dos municípios para promoção de atividades culturais, musicais e artísticas;
- Apoio e incentivo ao projeto da Capital Estadual dos Aviadores, como é conhecida popularmente a cidade de Porto Nacional, com vistas à realização de feiras anuais voltadas para o setor aéreo, que alavancarão a economia regional;
- Viabilizar a oferta de linhas de crédito em condições diferenciadas para o setor ligado as atividades de turismo junto a Agência de Fomento do Tocantins, Banco do Povo e outras instituições de crédito;
- Incluir o Tocantins no circuito de eventos nacionais, com a realização de seminários institucionais, fomentando o turismo de eventos de negócios;
- Incentivar a realização de eventos regionais atrativos para reforçar a identidade cultural da gastronomia no Estado;
- Apoiar o desenvolvimento da atividade turística nas Serras Gerais com qualificação profissional, sinalização, promoção e apoio à comercialização de roteiros integrados;
- Estimular o uso econômico sustentável do Parque Estadual do Cantão e região, e da Pousada Araguaia, em parceria com a iniciativa privada;
- Desenvolver a implantação do Plano de Desenvolvimento Territorial para a Ilha do Bananal com base no turismo integrando ações sociais, fortalecendo a cultura indígena e suas manifestações;
- Contribuir para a melhoria e ampliação da infraestrutura das cidades com potencial turístico no Estado do Tocantins;

- Incluir o Estado do Tocantins no Circuito Nacional de competições, fomentando em concomitância o Turismo de aventuras; e
- Incluir o Tocantins no circuito de eventos nacionais, fomentando o turismo de eventos de negócios.

4.10 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- Implantar o Parque Tecnológico de Palmas, promovendo parcerias com o sistema federal de ciência, tecnologia e inovação apoiando e adequando a legislação estadual aos marcos do setor no ambiente nacional;
- Rever processos e sistemas de licitação, compra e importação de produtos destinados à pesquisa científica e tecnológica no Estado, bem como os processos de acesso a recursos para inovação, com vistas à desburocratização;
- Fomentar o desenvolvimento e a atração de empresas de base tecnológica/startups no Tocantins, com impactos positivos sobre a arrecadação no Estado;
- Ampliar as fontes alternativas de recursos, oferecendo maior previsibilidade no custeio e financiamento de bolsas de estudo nas principais universidades; e
- Liderar um processo em que as universidades públicas e empresas privadas do Estado possam trabalhar de forma muito mais próxima, inserindo tecnologia no parque produtivo do Estado.

4.11 MEIO AMBIENTE

- Fortalecer o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Tocantins, via a promoção da gestão integrada destas UC;
- Estimular a pesquisa e extensão para geração de conhecimentos em prol do desenvolvimento sustentável das áreas protegidas;
- Fomentar a criação de instrumentos de incentivos econômicos para o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis em áreas de proteção ambiental, onde o uso humano seja permitido;
- Incentivar a integração dos órgãos estaduais da área ambiental visando a ampliação da efetividade das políticas e suas ações;
- Modernizar e desburocratizar a emissão de licenças ambientais, com segurança jurídica e agilidade administrativa;
- Promover a regularização fundiária e o reordenamento territorial do Estado do Tocantins;
- Reordenar o modelo de partilha dos valores do ICMS Ecológico para garantir a efetiva aplicação dos recursos na solução dos problemas ambientais, com vista ao controle de queimadas, redução do desmatamento, preservação de áreas conservadas e a construção e operação de aterros sanitários;
- Fortalecer o Policiamento Ambiental para atuar na fiscalização e prevenção às infrações contra o meio ambiente e proteção às áreas de conservação;
- Condicionar e articular a implantação de boas práticas ambientais na administração pública estadual;
- Aprimorar e estimular o funcionamento dos Comitês de Bacia Hidrográfica para consolidar a política de preservação e conservação de recursos hídricos relevantes do Estado;
- Implementar a universalização do abastecimento de água tratada nas cidades para promover a melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população;
- Dinamizar a gestão econômica e financeira da Agência Tocantinense de Saneamento – ATS;
- Fomentar a ampliação das redes de esgoto e escoamento pluvial nos municípios tocantinenses;
- Convocar os municípios para reverem seus contratos de concessão, incluindo os planos Municipais de Saneamento (PMSB) ou Planos Municipais de Água e Esgoto (PMAE) com metas de excelências, claras e com cláusulas que penalizem as concessionárias pelo não cumprimento dos contratos e dos planos Municipais;
- Criar um programa para financiar os municípios deficitários para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento ou Planos Municipais de Água e Esgoto, subsidiando desde a elaboração até a sua decretação e incorporação aos contratos de concessão; e

- Rever as metas de universalização do saneamento básico do Estado do Tocantins, tomando por base o projeto original de privatizações, analisando seu cumprimento e as implicações para o Estado de pseudo atraso na realização das metas.

4.12 HABITAÇÃO

- Produzir no mínimo, em parceria com o Governo Federal e Municípios, 25.000 unidades habitacionais, nas zonas urbana e rural;
- Estabelecer parcerias entre o setor público e o privado, com cooperativas habitacionais, associações e organizações não governamentais para ampliar a provisão de novas moradias;
- Criar incentivos governamentais para dinamizar o setor da construção civil, com o foco estratégico na melhoria da qualidade das unidades habitacionais a serem produzidas;
- Estabelecer programas e projetos de acordo com as realidades locais e a situação de renda da população, com prioridade aos grupos sociais mais vulneráveis, observando as especificidades do meio urbano e do meio rural;
- Implementar, em parceria com os municípios, programas de regularização fundiária, com o objetivo de redução do déficit habitacional, tanto qualitativo quanto quantitativo;
- Criar equipes técnicas regionalizadas e itinerantes de engenheiros, arquitetos e topógrafos, em todo o Estado, com o foco no apoio as prefeituras para que seja feita a regularização fundiárias dos municípios no Estado;
- Promover a identificação e cadastro de áreas públicas federais, estaduais e municipais, passíveis de implantação de empreendimentos habitacionais, em parceria com a União e os municípios;
- Articular com o governo federal, de forma a estabelecer metas para a titulação definitiva dos assentados de reforma agrária e formalização das terras das comunidades tradicionais; e
- Adotar nos projetos habitacionais soluções sustentáveis, com a utilização de materiais regionais e implantação de placas de energia solar.

4.13 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- Estimular o desenvolvimento regional a partir da integração de objetivos estratégicos e metas das Regiões Estratégicas do Desenvolvimento;
- Elaborar Planos de Desenvolvimento, de maneira que sejam ligados às diretrizes estratégicas do Estado, visando emular seu desenvolvimento endógeno, com geração de emprego e renda, principalmente a partir do setor privado;
- Incentivar os municípios para elaboração ou revisão dos seus Planos Regionais de Infraestrutura Viária e Logística;
- Implementar melhorias de infraestrutura para o transporte rural, enfatizando o provimento de acessos locais orientados e integração entre municípios, escoamento da produção, transporte escolar e facilitação logística em geral;
- Estabelecer estratégias para contribuir com o desenvolvimento sustentável das cidades tocantinenses, aprimorando o municipalismo, ofertando suporte aos municípios na concepção de programas e projetos para a captação de recursos junto ao Governo Federal e outras fontes de financiamento para a promoção de seu desenvolvimento;
- Incentivar os municípios e sua população a participarem da formulação política de desenvolvimento urbano e regional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apoiá-los;
- Promover o desenvolvimento tecnológico destinados a promoção do desenvolvimento urbano, institucional e regional;
- Rever os programas de incentivos às indústrias, de forma a constatar os cumprimentos dos contratos firmados e a geração dos benefícios acordados em cada programa de incentivo;
- Finalizar o processo de federalização e pavimentação da BR 010, importante meio de escoamento da produção primária do Estado do Tocantins;
- Atrair micro, pequenas e grandes empresas que processem a produção primária do Estado do Tocantins, fortalecendo a produção e gerando emprego, renda e bem-estar social bem como, empresas de logística que podem se beneficiarem da localização estratégica do Estado;
- Tornar os projetos de irrigação instituídos pelo Estado do Tocantins, produtivos e autos suficientes, criando mecanismos de manutenção realizadas pelos assentados de forma a revitalizá-los e torná-los mais incluídos. (São João, Almas e outros); e
- Duplicar as principais vias de acesso à Capital Palmas, como forma de atração de investimentos e aceleração do crescimento da economia do Estado e da própria capital.

DECOLA TOCANTINS!

